

COLEÇÃO

**Direito
PROCESSUAL
na Ordem
CONSTITUCIONAL**

Coordenadores

Luiz Rodrigues Wambier

Fábio L. Quintas

Georges Abboud

Juízo de Excepcionalidade do STJ

Eduardo Lessa Mundim

2019

 **EDITORA**
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Diagramação: Futura Editoração (rogerio@futuraeditoracao.com)

Capa: Marcelo S. Brandão (santibrando@gmail.com)

Revisor Responsável: Cláudia Pinheiro Fernandes do Prado

M965j Mundim, Eduardo Lessa.
Juízo de excepcionalidade do STJ / Mundim, Eduardo Lessa – Salvador:
Editora JusPodivm, 2019.
208 p. (Direito processual na ordem constitucional / Coordenadores Luiz
Rodrigues Wambier, Fábio L. Quintas, Georges Abboud)

Bibliografia.

ISBN 978-85-442-2763-3.

1. Direito processual civil. 2. Teoria geral do processo. 3. Direito
Constitucional. I. Mundim, Eduardo Lessa. II. Wambier, Luiz Rodrigues. III.
Quintas, Fábio L. IV. Abboud, Georges. V. Título.

CDD 341.4

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS E ESQUEMAS	17
INTRODUÇÃO	19
1. A CONTINGÊNCIA FILOSÓFICA.....	35
1.1. Contingência segundo São Tomás de Aquino.....	35
1.2. Contingência segundo João Duns Scotus.....	37
1.3. Contingência segundo Gottfried Wilhelm Leibniz	38
1.4. Contingência em contraste com expressões da lógica modal	39
1.5. Contingência segundo João Branquinho, Desidério Murcho e Nelson Gomes.....	43
1.6. Contingência segundo Nicola Abbagnano	47
1.7. Contingência segundo Colin McGinn (em forte referência a Saul Kripke).....	48
1.8. Inicial aproximação do conceito de contingência com a tese do estudo	51
1.8.1. A contingência e a relativização do dizer “a sentença faz, do quadrado, redondo”	52
2. A COMPETÊNCIA JURISDICIONAL	55
2.1. Competência como ilha do direito judiciário organizacional.	55
2.2. Crítica ao conceito de competência como “medida da jurisdição”	56
2.3. Importante aspecto da competência: atributo excludente. Critérios de verificação	59

2.4. Competência jurisdicional e o debate acerca da missão e da identidade das Cortes de Vértice.....	63
2.4.1. Funções clássicas (nomofilática e uniformizadora) e funções contemporâneas (dikelógica e paradigmática)	64
2.4.2. A competência e a missão do Tribunal Superior para julgamento de casos ou fixação de teses.....	65
2.4.3. Competência e o debate acerca de causas estruturais e culturais da chamada crise dos Tribunais Superiores	67
2.4.4. Competência e o debate acerca das Cortes Reativas e Proativas (Michele Taruffo).....	68
2.5. Competência e aproximação inicial aos pontos do juízo de admissibilidade e do juízo de excepcionalidade.....	72
3. O JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL E O JUÍZO DE EXCEPCIONALIDADE	75
3.1. O Juízo de Admissibilidade do Recurso Especial	75
3.1.1. Concepção do juízo de admissibilidade e a metáfora da pupila.....	78
3.1.2. Feição do juízo de admissibilidade nos Códigos de 1973 e de 2015	82
3.1.3. Visões acerca da missão das Cortes Superiores	89
3.1.4. Desnecessidade de lançar ataques ao juízo de admissibilidade como algo provisório ou talhado para ser bifásico.....	93
3.2. O Juízo de Excepcionalidade – a competência engendrada pelo Superior Tribunal de Justiça	96
3.2.1. O juízo de excepcionalidade como sabotador ao juízo de admissibilidade.....	98
3.2.2. Geografia do juízo de excepcionalidade e a característica das pretensões em improbidade administrativa, indenização por dano moral e honorários advocatícios	100

3.2.3. A rebeldia do juízo de excepcionalidade a súmulas, filtros e óbices formais de toda sorte, frente à necessária análise de expressões com cunho avaliativo	109
--	-----

4. JUÍZOS DE ADMISSIBILIDADE E DE EXCEPCIONALIDADE À LUZ DA FILOSOFIA DA CONTINGÊNCIA E DA ESTRUTURA JUDICIÁRIA DA COMPETÊNCIA – 14 CASOS ANALISADOS..... 115

4.1. Procedimento metodológico da análise de casos concretos	117
4.2. Análise dos 14 casos concretos.....	125
4.2.1. AREsp 727.125/ES – revisão de dosimetria das sanções aplicadas por improbidade administrativa	125
4.2.2. AREsp 1.043.880/RJ – revisão de verba honorária de Advogado	128
4.2.3. AREsp 669.257/RJ – revisão de verba honorária de Advogado	132
4.2.4. AREsp 1.089.845/MG – revisão de dosimetria na aplicação de sanções por improbidade administrativa	136
4.2.5. REsp 1.610.051/SP – revisão de verba honorária de Advogado.....	140
4.2.6. AREsp 966.728/MG. Gerador randômico. Improbidade. Documento 23.	144
4.2.7. AREsp 371.808/SC. Gerador randômico. Improbidade. Documento 37.	146
4.2.8. AREsp 790.561/RJ. Gerador randômico. Improbidade. Documento 53.	149
4.2.9. AREsp 999.974/RJ. Gerador randômico. Dano moral. Documento 36.....	153
4.2.10. AREsp 1.074.215/PE. Gerador randômico. Dano moral. Documento 169.	156
4.2.11. AREsp 852.428/SC. Gerador randômico. Dano moral. Documento 207.....	159
4.2.12. AREsp 1.024.106/SP. Gerador randômico. Honorários. Documento 72.....	162

4.2.13.AREsp 919.071/ES. Gerador randômico. Honorários. Documento 101.....	167
4.2.14.AREsp 523.964/MS. Gerador randômico. Honorários. Documento 301.....	172
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	181
REFERÊNCIAS.....	187